O LUGAR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS MUNICÍPIOS DE UBAÍRA, SANTA INÊS E JIQUIRIÇÁ, ESTADO DA BAHIA

Carlos Vinícius Marques dos Santos [1]
José Raimundo Oliveira Lima [2]

DOI: https://doi.org/10.36113/rec.v8i1.3942

Resumo: Este estudo objetiva entender o papel das políticas públicas na atividade leiteira e como elas influenciam no desenvolvimento local em três municípios estudados: Jiquiriçá, Ubaíra e Santa Inês (Bahia). A atividade vem crescendo nesses três municípios e tem desempenhado um papel importante para a economia local. Para alcançar o objetivo da investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre agricultura familiar, produção leiteira, desenvolvimento local e políticas públicas. Entre os principais resultados obtidos, constatou-se uma interrelação entre as políticas públicas e atividade leiteira, tendo em vista o desenvolvimento local, necessitando de uma intervenção mais ativa, especialmente de órgãos como as prefeituras locais, para estimular a produção na região.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Atividade Leiteira. Vale do Jiquiriçá. Desenvolvimento Local. Agricultura familiar.

THE ROLE OF PUBLIC POLICIES IN LOCAL DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITIES OF UBAÍRA, SANTA INÊS AND JIQUIRIÇÁ

Abstract: This study aims to understand the role of public policies in dairy farming and how they influence local development in the three municipalities studied: Jiquiriçá, Ubaíra and Santa Inês (Bahia). The activity has been growing significantly in these three municipalities and has played an important role for the local economy. To achieve the objective of the investigation, a bibliographical survey was carried out about family farming, dairy production, local development and public policies. Among the main results obtained, an interrelationship

[1] Graduando em Ciências Econômicas (UEFS). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1889-261X. E-mail: carlosviniciusmarques@outlook.com.

[2] Pós-doutorado e doutorado em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Mestrado em Gestão Integrada das Organizações (UNEB). Especialização em Gestão Organizacional (UEFS). Graduação em Ciências Econômicas (UEFS). Professor pleno do Departamento de Ciências Econômicas da UEFS. Docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR/UEFS), do Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) e do Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária (IEPS/UEFS). Bolsista Produtividade – CNPq. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3646-307X. E-mail:zeraimundo@uefs.br.

Recebido em: 20/10/2023
Aceito em: 15/05/2024

between public policies and dairy activity was found, with a view to local development needing for more active intervention, especially from public management institutions such as local city halls, to stimulate production in the region.

Keywords: Public Policies. Dairy Activity. Jiquiriçá Valley. Local Development. Family farming.

JEL Codes:. O13; Q01; R11; R58.

1 INTRODUÇÃO

A atividade leiteira é complexa por envolver diversas etapas de beneficiamento e por apresentar uma relevante matéria-prima na produção de diversos produtos. Quando analisada dentro da esfera da agricultura familiar, a intervenção governamental na atividade leiteira tem ganhado forças nos últimos anos em virtude da relevância socioeconômica que a atividade assumiu entre os produtores e comerciantes. O reconhecimento institucional da produção e do comércio de leite e derivados tem sido um importante fator para o desenvolvimento no meio rural, onde se encontram, majoritariamente, os agricultores (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

Andrade (2014) afirmou que, no Brasil, há uma série de investimentos e pesquisas sobre a qualidade do leite e dos seus derivados. Ademais, os grandes produtores são beneficiados por incentivos governamentais e maior acesso a linhas de crédito, além de terem ferramentas e métodos oriundos das grandes produções. Contudo, há dentro da atividade leiteira, uma série de dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores em diversas dimensões que tangenciam não somente a esfera financeira, como também do conhecimento técnico, o que se reflete no manejo das atividades e no ganho de produtividade.

Para Araújo (2014), há uma incapacidade do desenvolvimento de forma isolada, a qual só envolve os agricultores familiares. Para o autor, é preciso um conjunto de ações originadas pelos movimentos do Estado e parcerias com demais órgãos e instituições que possam estimular e incrementar a produção e o comércio leiteiro a fim de proporcionar o desenvolvimento local.

Para se alcançar o desenvolvimento local é preciso conhecer todas as dinâmicas que envolvam o território no sentido de identificar as principais potencialidades produtivas e convertê-las em ferramentas para alcançar o desenvolvimento das comunidades. Ao mesmo tempo, é necessário diagnosticar os principais problemas ou dificuldades que as regiões enfrentam o que torna possível melhorar a produtividade.

Para que as intervenções propostas consigam obter resultados esperados, em meio a uma grande quantidade de variáveis envolvidas no processo produtivo e no desenvolvimento local, é importante que exista o levantamento e a construção de informações a partir dos dados compilados, o que tornam mais eficazes os investimentos propostos (SILVA, 2014).

Tendo como referência a atualidade da discussão sobre a atividade leiteira, a grande problemática que se pretende responder é: quais são os resultados da aplicação das políticas públicas na atividade leiteira no Vale do Jiquiriçá e seus efeitos para o desenvolvimento local? Pelo fato dessas informações não se encontrarem na literatura atual, faz-se necessário um estudo

aprofundado sobre o tema, o que justifica sua relevância não só para o âmbito acadêmico, na geração do conhecimento científico, mas para o embasamento na formulação de intervenções.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a atividade leiteira no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, levando-se em conta seus efeitos a partir das políticas públicas para o desenvolvimento local. Foram estudados três municípios: Ubaíra, Santa Inês e Jiquiriçá. Os objetivos específicos foram: i) discutir a atividade leiteira, seu contexto histórico e perspectivas do Brasil no Vale do Jiquiriçá (Bahia) e ii) traçar o perfil do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá (Bahia), a partir de um recorte sobre os municípios.

O estudo limitou-se a essas localidades pelo fato de a atividade leiteira ajudar na territorialização desses municípios. Além de estarem próximos entre si, os três municípios têm uma forte relação com a produção leiteira (setor primário) e os seus derivados, que são comercializados na própria região e vendidos para outras localidades.

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá (Bahia) é composto por 20 municípios[3], havendo agricultores rurais nos mais variados ramos que, juntos, valorizam e dinamizam a economia oriunda da agricultura familiar. Entre os produtos, o leite destaca-se entre os demais, sendo de fundamental importância para o comércio regional/local, além de ser uma fonte rica de matéria-prima para os demais alimentos processados.

Partindo deste pressuposto, a formulação e a aplicação das políticas públicas são mais eficazes quando se dispõe de informações e análises sobre atividades, as localidades e regiões, bem como se conhece o território e as características da sua população. Assim, esta pesquisa contribui com informações que poderão ser utilizadas no desenvolvimento e implementação de políticas governamentais voltadas à atividade leiteira e ao Território Rural Vale do Jiquiriçá.

De forma metodológica, a pesquisa foi desenvolvida a partir do projeto da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS/UEFS), que é um programa de pesquisa e extensão cadastrado na Pró-reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), pela resolução do CONSEPE 150/2010; e na Pesquisa pela resolução do CONSEPE 116/2010. A incubadora "insere-se na perspectiva do desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias sociais, discutidas sob a perspectiva da economia popular e solidária, orientando experiências de um novo modo de produção e organização de trabalho" (IEPS/UEFS, 2024, p. 1).

Para alcançar os objetivos deste trabalho, foram utilizados instrumentos de coleta de dados, informações e discussões principais como uma revisão bibliográfica nos diferentes materiais (trabalhos de conclusão de curso, relatórios, notas, resumos, notícias entre outros) a qual contemplou o período de quatro anos (2000-2024) nos principais bancos de dados, como a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Periódicos Capes e no IBICT (Biblioteca Digital Brasileira de Testes, Dissertações) e demais plataformas/bibliotecas digitais, repositórios de universidades nacionais e internacionais, bancos de dados, como exemplo principal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Projeto GeografAR (2017). Órgãos como Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (SEAGRI) e a Federação da Agricultura e Pecuária do

[3] Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra

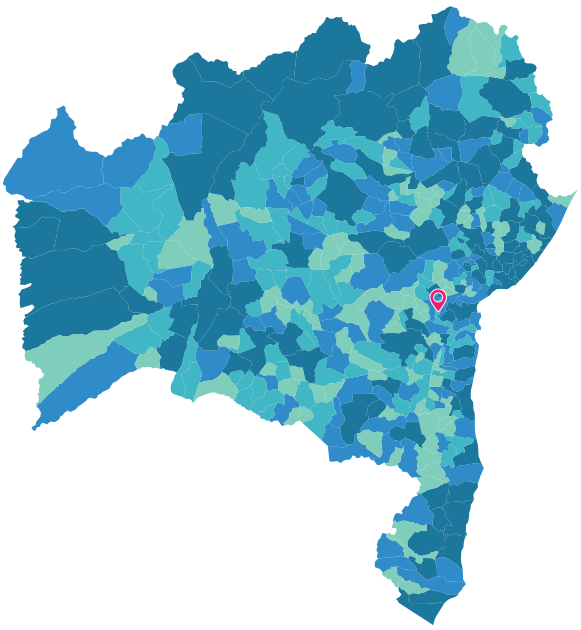
Estado da Bahia (FAEB) também foram usados. No momento da pesquisa, utilizou-se termos-chave como “políticas públicas”, “produção leiteira no Brasil”, “caminhos e formas para o desenvolvimento local/regional”, “Agricultura Familiar”, e “Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá”. Visando a busca de materiais que condizem com os objetivos deste estudo.

Também houve a busca de autores que debatem esses temas, como Almeida (2008), Lima e Calhau (2012), Velloso *et al.* (2016), Teixeira (2002), Ribeiro e Toppan (2015), Carvalho (2020), Silva (2018) entre outros, visando uma discussão mais detalhada, reunindo assim, uma série de pesquisas nessas áreas. Depois, foi realizada uma série de entrevistas com as pessoas envolvidas diretamente na atividade leiteira, ou seja, os produtores de leite e os comerciantes dos seus derivados dentro da região que abarca Santa Inês, Jiquiriçá e Ubaíra.

2 O PERFIL DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO VALE DO JIQUIRIÇÁ (BAHIA): um recorte sobre a agricultura familiar

O Território de Identidade Vale do Jiquiriçá é um dos 27 Territórios de Identidades (TI) dentro do estado da Bahia, fazendo parte da mesorregião do Centro-Sul Baiano e da Microrregião de Jequié (Figura 1). Os TI são uma nomenclatura e divisão com objetivo de facilitar a aplicação de políticas públicas e uma organização mais eficaz, levando em consideração características em comum desses municípios. Os municípios de Santa Inês, Jiquiriçá e Ubaíra são três dos 20 presentes no Vale do Jiquiriçá e, assim como nas demais, existe a presença da agricultura familiar (SEAGRI, 2021).

Figura 1. Localização dos municípios de Jiquiriçá, Mutuípe e Ubaíra em relação ao território do estado do Bahia



Fonte: IBGE (2022).

A agricultura familiar pode assumir diversas peculiaridades e ramos distintos, devido a fatores históricos, políticos e regionais, indo desde exclusivamente a criação de animais a cultivo de plantas ou a junção de ambos, nos mais variados tipos. Conforme Rocha, Carvalho e Resende (2020), a cada realidade regional/local se dispõe de um universo de características próprias. Cada universo representa marcas históricas que são diferenciadas a partir da história vivida por cada região em épocas e espaços geográficos diferentes que irão refletir nas atividades específicas, bem como suas potencialidades endógenas.

Segundo Silva (2018), as características de um agricultor familiar variam ao longo da história e de acordo com o contexto socioeconômico. Para o pesquisador, é válido destacar que mesmo assumindo conceitos e algumas características específicas, a agricultura familiar baseia-se em peculiaridades próprias, podendo ser camponesa, ribeirinha, fundo ou fecho de pasto, indígena, quilombola. Todas elas são elementos fundamentais para o desenvolvimento local endógeno (LIMA; CALHAU, 2012).

Na visão de Aquino, Gazolla e Schneider (2018), a agricultura familiar tem um papel relevante no setor agrário no Brasil no que diz respeito à geração e distribuição de renda: a agricultura familiar cria campos de trabalho e gera alimentos que irão direto para a mesa do consumidor nacional, o que alavanca o desenvolvimento do setor rural. Por isso, diversos pesquisadores brasileiros (BITTENCOURT, 2003; VILELA, 2017; CRUZ, 2021; CORREIO, 2021; e DESCONSI, 2022) defendem que o modelo da agricultura familiar deve ter sua estrutura valorizada, e receber mais investimentos.

A produção familiar em cada município estudado se apresenta de forma diversa, assim como as categorias e classificações de cada um deles, seja no tipo de cultivo ou criação de animais diferentes. Segundo o Censo 2017 do IBGE, a criação de gado para a produção leiteira e para o corte está entre os rebanhos com maiores quantidades no Vale do Jiquiriçá.

Segundo o levantamento realizado pelo IBGE (2022), os municípios mais populosos do Vale são Jaguaquara (45.964), Amargosa (36.521), Maracás (27.620), Laje (21.052) e Mutuípe (20.037), representando um quantitativo em relação à população de outras cidades localizadas na região, enquanto as cidades de Cravolândia (4.415), Irajuba (6.101), Elísio Medrado (7.808) e Itaquara (8.153) possuem uma população menor. Um fato curioso reside na proporção dos residentes nas áreas rurais e urbanas: em cerca de 50% das cidades, a população que vive na Zona Rural é maior em relação à população que vive na Zona Urbana. Segundo Quan, Olalde e Sousa (2012, p. 6):

> Las características agrarias del Valle fueron las que sentaron las bases para su crecimiento posterior y el desarrollo en el resto del siglo XX, donde el cambio en los mercados agrícolas ha sido central. No obstante, la geografía de la región proporciona el telón de fondo para las trayectorias de desarrollo económico en las diferentes partes del Valle, que se ha integrado y conformado por la construcción social permanente de su espacio geográfico, en el que las políticas públicas, las coaliciones de actores sociales y las relaciones entre ellos han jugado un papel clave.

Grande parte das famílias que vivem no Vale são compostas por agricultores familiares. Além disso, segundo o Banco de dados do Projeto GeografAR (2017), a região possui grandes índices de concentração de terra e baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico (LIMA; CALHAU, 2012). A realidade de muitos produtores no Vale é vista na sua subsistência, muitos conseguem gerar sua própria renda, atendendo às suas necessidades básicas e

promovendo a ocupação de outras famílias na região, o que dinamiza a economia local. Conforme Francisca (2012, p. 12):

> Es una zona eminentemente agrícola, siendo la agricultura la principal fuente de empleo, ingresos y medios de subsistencia y cuya producción continúa creciendo. Alrededor de dos tercios de la población dependen directamente de la agricultura familiar, no obstante, es el sector de servicios el que hace la mayor contribución al crecimiento económico del territorio y al empleo formal.

Adentrando sobre a agricultura familiar e a esfera da sustentabilidade, no entendimento de Correio (2021), a sustentabilidade consiste na forma como a sociedade manuseia os recursos naturais de forma eficiente e responsável, não colocando em perigo as futuras gerações. Como as preocupações ambientais vêm se intensificando, a agricultura familiar atende muito bem à agenda da sustentabilidade, já que produz/gera bens sem agredir de forma significativa o meio ambiente. A população também tem se atentado ao consumir bens que possuem origem sustentável, e a agricultura familiar, pela sua forma de produção, tem ganhado destaque.

Carvalho (2020) concorda com o que é apontado por Correio (2021) sobre sustentabilidade e agricultura familiar. Para a autora, esse modelo produtivo é contemplado pela sustentabilidade por alguns motivos: i) garante a permanência do homem no campo, reduzindo o êxodo rural e a superlotação nas cidades e ii) uso dos recursos naturais de forma coerente em relação ao nível de produção e externalidade positivas.

A Tabela 1 contém os principais dados socioeconômicos dos municípios estudados. Abrangendo os elementos como trabalho e renda, educação, economia, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a saúde, construindo-se indicadores e informações disponibilizados pelo IBGE (2022). No quesito sobre rendimento, Jiquiriçá encontra-se na última posição em comparação aos demais. No quesito da educação, todos os municípios apresentam percentuais positivos, com mais de 97%. Sobre o trabalho formal, Santa Inês e Jiquiriçá tiveram resultados abaixo de duas casas decimais. Sendo Ubaíra menos de 11%.

Tabela 1. Indicadores dos municípios de Santa Inês, Ubaíra e Jiquiriçá (Bahia)

Municípios	Rendimento[1]	Educação[2]	Trabalho[3]	Economia[4]	IDH[5]	Saúde[6]
Ubaíra	1,9	97,8%	10,21%	R$ 11.544,35	0,582	10,05
Santa Inês	1,9	98,3%	5,39%	R$ 7.198,73	0,574	9,71
Jiquiriçá	1,6	97,8%	6,78%	R$ 10.314,26	0,553	14,18

Fonte: IBGE (2010; 2022)
[1] Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2021)
[2] Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)
[3] Pessoas ocupadas em relação a população total (2021)
[4] PIB *per capita* (2010)
[5] Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2021)
[6] Mortalidade Infantil (2020)

Na análise do PIB *per capita* dos municípios, é um cálculo simples do Produto Interno Bruto (PIB) total dividido pelas quantidades da população, mas é importante destacar que não representa a real realidade desses municípios, pois existem desigualdades de renda e isso deve

ser levado em consideração. Já os resultados do IDH estão próximos em si entre as regiões, diferentemente dos resultados da mortalidade infantil, a qual Jiquiriçá sobressai. As melhores informações e dados estão contidas na Tabela 1.

2.1 Atividade leiteira, contexto histórico e perspectiva: do Brasil ao Vale do Jiquiriçá (Bahia)

A partir do ano de 1950, ocorreram os primeiros sinais de crescimento da atividade leiteira no Brasil, implicando um avanço na industrialização nesse setor. Em 1952, Getúlio Dornelles Vargas assinou um decreto conhecido como Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA). Importante marco histórico para uma regulamentação que objetivou a melhoria da qualidade alimentícia no país, o que resultou numa inserção e padrões nos mercados internacionais, em especial, da cadeia produtiva leiteira. Esse documento sofreu alterações devido à necessidade de atualizações, visto que o decreto envolve questões sobre controle de qualidade, boas práticas de fabricação e definições entre outras questões envolvendo a cadeia do setor alimentício (BRASIL, 2020; VILELA *et al.*, 2017).

No ano de 1980, a produção do leite passou de 11,2 para 14,1 bilhões de litros, apresentando melhores índices de crescimento e produtividade. Dez anos mais tarde, em 1990, O Sistema Agroindustrial de Leite (SAG lácteo) começou a apresentar notáveis contribuições para alguns indicadores de crescimento econômico, entre eles, o PIB. Desde então, o país vem se adequando para manter esse ramo competitivo e melhorar o seu desempenho. Na mesma época, outro fator que ganhou relevância foi a oferta do leite em diferentes partes do país, que saltou devido a incentivos financeiros e ao melhoramento genético dos animais (VILELA *et al.*, 2017).

Nesse contexto de crescimento e aceleração da produção, a abertura comercial forçou os grandes produtores de leite a incorporarem novas tecnologias e a investirem em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), deixando o pequeno produtor como segunda opção da modernização (MARTINS *et al.*, 2014). Alguns anos depois, as normas de regulamentação que definiam a qualidade do leite ganharam força no sentido de estabelecer uma melhor qualidade higiênico-sanitário do produto (SILVA; SILVA; FERREIRA, 2018). No decorrer dos anos, o segmento leiteiro passou por novos avanços tecnológicos que culminaram na elevação da produção. Em 2005, novas indústrias começaram a emergir em todo território brasileiro (DESCONSI, 2022).

Em 2008, o Brasil expandiu o mercado internacional, porém, a qualidade do leite começou a ser questionada, tornando necessárias novas medidas de controle sanitário. No ano de 2011, o Brasil ocupou a quinta posição entre os países produtores de leite, representando 5,3% da produção mundial, perdendo para os Estados Unidos, Índia, China e Rússia (LANDAU *et al.*, 2013).

A produção de leite no Brasil apresentou um crescente volume de produção entre os anos de 2010 até 2015. Segundo a CNA (2016), a produção leiteira cresceu em mais de cinco bilhões de litros. Em 2010, a produção de leite era de 30,7 bilhões, ultrapassando ao final de 2015, os 35,4 bilhões de litros. No ano de 2018, a produção de leite nos principais países produtores do mundo cresceu, mesmo em um ritmo um pouco menor que o registrado no ano de 2017. Foram produzidos 3,3 bilhões de litros de leite a mais, o que representa um percentual de crescimento de 1,1%. De acordo com o levantamento, a Nova Zelândia e Argentina aumentaram sua produção em 2018 em volume maior que o crescimento registrado em 2017,

enquanto a União Europeia, o Brasil e os Estados Unidos cresceram em patamares menores (ROCHA; CARVALHO; RESENDE, 2020).

Destaca-se a relevância desta discussão, pois o leite é a matéria-prima que produz vários outros produtos, possuindo um grande valor nutricional, importante para a formação biológica de crianças e fortalecimento do sistema imunológico dos adultos e idosos. Analisando do ponto de vista econômico, desempenha um notável papel, principalmente para os pequenos produtores (STEFFENS, 2018).

O leite e o processamento de seus derivados é uma das áreas mais pesquisadas em diferentes regiões do mundo. Por possuir, em sua composição, elevados teores de gordura, sólidos totais, proteína, cálcio e fósforo, o leite é um produto que eleva os rendimentos, já que fornece matéria-prima para fabricação de queijos, produtos fermentados, leite em pó, manteiga, doce de leite, sorvete e requeijão (SANTOS, 2018).

No que tange à geração de emprego e renda, o leite está entre os seis produtos mais importantes, empregando mais de 4 milhões de pessoas diretamente, no Brasil, além de ser um suplemento alimentício para as pessoas e no desenvolvimento da economia local (MIRANDA, GOMES, 2016; EMBRAPA, 2018).

No Brasil, nos anos de 2017 e 2018, as maiores regiões produtoras de leite foram a Sudeste e Sul, seguidas do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, respectivamente. É perceptível o número de empregos gerados, sendo que os maiores produtores geram menos postos de trabalhos em comparação aos menores produtores. Uma das possíveis explicações para isso é o fato de os grandes produtores operarem com um grande número de maquinários, reduzindo a necessidade de mão de obra. Tem-se, portanto, capital intensivo que gera grande movimentação financeira, mas que emprega poucas pessoas. Por sua vez, os pequenos proprietários necessitam de mais mão de obra em sua produção.

Para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2013), a estimativa é que a produção de leite no Brasil prevista para o ano de 2023 alcance a marca de 46,7 bilhões de litros, com crescimento anual de 3,2%, 42% superior ao registrado em 2012 (FIESP, 2013). Para o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA (BRASIL, 2023), a produção alcançará em torno de 46,5 bilhões e o consumo chegará a 49 bilhões de litros. Todavia, se mantiver o incremento do consumo no mesmo ritmo da última década (3% ao ano), o país poderá se tornar um grande importador de produtos lácteos, podendo chegar a seis bilhões de litros em 2023, o que não é um cenário vantajoso para o país.

Para a Bahia, segundo a FAEB (2018), no ano de 2018, o estado ocupou a sétima posição com o maior rebanho de vacas ordenhadas do Brasil (880 mil vacas) e produziu 858 milhões de litros de leite no ano, o que é equivalente a 2,55% da produção do país. A Bahia é classificada como o maior produtor de leite do Nordeste, com 22,8% de participação regional. No ano de 2019, a Bahia conseguiu alcançar o valor de 1 bilhão de litros por ano. As regiões de maior produção de leite na Bahia são o Centro-Sul, o Sul e o Nordeste do estado, segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI, 2020).

As propriedades leiteiras nos municípios de Jiquiriçá, Ubaíra e Santa Inês desenvolvem muitas atividades que necessitam de trabalhadores para a sua realização, desde a preparação da terra para a pastagem para a alimentação dos animais, as ordenhas e cuidados com a saúde do gado até o processamento dos seus derivados e a sua comercialização, sendo importantes ferramentas de geração de empregos e renda para a região.

Em síntese, é difícil realizar uma estimativa de forma correta, pois diversas variáveis podem e vão influenciar na produção do leite, não somente no Brasil, mas em todo o globo. Como exemplo, a pandemia, que surgiu no início dos anos 2020 e ganhou força nos anos posteriores afetando toda a estrutura do globo no quesito da saúde, economia, política, religião dentre outros.

2.2 Espaço, território e desenvolvimento local dentro da perspectiva da atividade leiteira

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO, 2016), muitas famílias estão envolvidas na produção leiteira em todo o mundo, estando presente em, aproximadamente mais de 150 milhões de lares. Ainda de acordo com a FAO, os países em desenvolvimento apresentam as mesmas características referentes ao impacto dos pequenos produtores nas suas economias.

Os pequenos produtores sempre necessitaram de políticas públicas mais assertivas para conseguirem desempenhar as suas atividades. Porém, datadas desde há muito tempo, as políticas brasileiras voltadas para o campo contemplaram um determinado público e excluíram os agricultores familiares do auxílio de que precisavam. Todo o efeito dessas políticas ao longo dos anos resultou em alguns problemas que acometem o desenvolvimento local e aumentam a desigualdade social (VELLOSO *et al.*, 2016).

De acordo com os autores supracitados, em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que possibilitou uma maior assistência financeira para o grupo de produtores. Contudo, segundo Carvalho (2020, p. 7), é necessário um investimento maior e mais direcionado para os agricultores familiares, pois "[...] é preciso investir na assistência técnica, gestão, comercialização e nas relações associativas desses agricultores [...]".

No entendimento de Porro e Porro (2015), diversos fatores influenciam na qualidade de vida e na produção dos pequenos produtores no Brasil. O acesso ao crédito e as ações coletivas como intervenção do governo através de projetos entre outros, são exemplos de fatores que culminam na maior participação da agricultura familiar no sistema brasileiro. Mesmo havendo uma modernização do setor primário brasileiro nos últimos anos, e uma intervenção maior do estado no segmento, os estímulos não atingiram a todos. Nesse cenário, as políticas devem abranger todos os produtores para reforçar a importância da agricultura familiar.

O quesito ambiental também merece destaque, uma vez que a sustentabilidade está presente no manejo da maioria dos produtores da agricultura familiar, o que permite a rotatividade da terra e evita danos às futuras gerações. Dessa maneira, o fornecimento de alimentos se dá de forma contínua. "A agricultura familiar pode estimular o desenvolvimento rural numa dimensão territorial, em que atividades agrícolas e não agrícolas tendem a ser integradas a nível local, basta haver estímulos em políticas" (CARVALHO, 2020, p. 6).

Um estudo realizado por Telles *et al.* (2021) destacam dois fundamentos para embasar/justificar o investimento na produção familiar. O primeiro é pelo número de estabelecimentos no território nacional e o segundo é sobre as contribuições do ponto de vista da produção agregada que reflete na cadeia agropecuária do país e na valorização dos produtos. Os autores defendem que a intervenção principal deve ser por meio das políticas públicas, conclusão comum a todos os autores consultados na pesquisa sobre o tema. Há, entre os

estudiosos considerados, uma unanimidade na defesa da intervenção política para promoção da assistência à agricultura familiar.

No que diz respeito ao desenvolvimento local, é necessário compreender como se formaram, ao longo dos anos, as dinâmicas de produção, trocas e relações entre as cidades e regiões em virtude das características morfológicas, ideológicas e o perfil populacional de cada lugar. O espaço, nesse contexto, se redesenha e se transforma, assumindo novas características e se inserindo em dinâmicas locais e regionais bastante específicas, não somente em pequenos espaços, de forma independente, mas regional/local e em dimensões maiores. "[...] espaço regional se alonga ou se encurta, adquire importância ou desaparece, de acordo com a dimensão de seus elementos históricos [...]" (BRUIT, 1987, p. 64).

O mesmo se pode concluir a partir de Silva (2014), pois a autora chegou à conclusão de que o desenvolvimento local/regional necessita de bases fortes para estimular as principais atividades. Entre essas bases estão a política e a relação com a sociedade.

Assim, mais estudos sobre a região precisam ser realizados, em diferentes ambientes e esferas, para que assim, as políticas públicas, não somente no âmbito da agricultura, mas nos demais âmbitos da sociedade que envolvam os participantes desses municípios possam ser realizados.

2.3 O papel das políticas públicas na atividade leiteira e seus reflexos na economia local/rural

Teixeira (2002, p. 3) em seu estudo sobre o papel das políticas públicas no desenvolvimento local diz que as políticas "[...] objetivam promover o desenvolvimento, criando alternativas de geração de emprego e renda [...]". Assim como os demais pesquisadores, o autor assume que há uma responsabilidade de criação de mecanismo para auxiliar no desenvolvimento local. O progresso depende, portanto, da capacidade de estabelecer esses mecanismos de uma forma mais orientada, isto é, assertiva e focada nas diferentes realidades. Nesse sentido, as políticas públicas são fundamentais. De acordo com Rodrigues (2019, p. 3):

> As políticas públicas podem ser definidas como o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores e são resultantes da atividade política, envolvendo diversas ações selecionadas de forma estratégica para efetuar as decisões tomadas.

De acordo com os estudos de Vilela e Resende (2014), existe uma combinação de fatores necessários para a garantia do crescimento da produção do leite com uma qualidade melhor. Entre esses fatores, além da necessidade de conhecimento técnico oferecidos aos produtores através de políticas públicas estão: a) capacidade de pensar na cadeia produtiva no longo prazo; b) promover a participação dos produtores na formulação das políticas, de forma que exponham suas necessidades e limitações e; c) oferta de cursos de formação que agreguem ao setor produtivo.

Nessa perspectiva, Cruz *et al.* (2021) corroboram com o pensamento de Vilela e Resende (2014), uma vez que, para os autores, por mais que o agricultor familiar tenha ganhado espaço e esteja sendo reconhecido pelo Estado através de políticas públicas, essas ainda precisam ser adaptadas à realidade de cada produtor. Além disso, há a necessidade da oferta de

formação técnica que contemple questões como o acesso a auxílios legais envolvendo documentações, registros, solicitações de demandas e mecanismos de uso e manutenção de equipamentos que podem facilitar a vida dos produtores. Para Teixeira (2002, p. 3), as políticas públicas não só representam um conjunto de decisões por determinados agentes, mas:

> [...] lineamientos, principios rectores de la acción del poder público; reglas y procedimientos para las relaciones entre el poder público y la sociedad, mediaciones entre la sociedad y los actores estatales. En este caso, son políticas explícitas, sistematizadas o formuladas en documentos que orientan acciones que normalmente involucran la aplicación de recursos públicos.

Nesse sentido, para que as políticas públicas cumpram seu papel de maneira eficiente e eficaz, é necessário garantir a participação plena dos produtores, da qual depende o auxílio técnico, a adequação das políticas a cada contexto e o auxílio técnico-científico para o manejo da produção.

Toda a atividade do leite gera uma cadeia de valor agregado, não somente no setor de bovinocultura, mas também outras raças animais, consolidando uma relação social que envolve os fazendeiros com os meios de produção além de simples questões financeiras. “O produtor rural é o responsável pela produção leiteira propriamente dita e, sem ele, os produtos lácteos nunca poderiam chegar até a mesa do consumidor” (CORADINI, FREDERICQ, 2009, p. 6).

De acordo com uma pesquisa realizada por Almeida (2008), que estudou o contexto do circuito espacial produtivo do cacau no Vale do Jiquiriçá, nos municípios de Laje, Mutuípe, Ubaíra e Jiquiriçá os produtores enfrentam muitas dificuldades para realizar suas atividades. Segundo a autora, os produtores de cacau careciam de informações técnicas, científicas e informacionais, a exemplo, do manejo manual e da falta de técnicas industriais para o processamento de derivados (doces), o que levava ao baixo valor agregado do cultivo. Apesar de ser um estudo sobre a produção de cacau, no segmento da atividade leiteira a realidade não é diferente: os produtores de leite sofrem das mesmas dificuldades e compartilham dos mesmos problemas dadas as similaridades morfológicas, socioculturais e econômicas dos municípios.

É importante destacar que a atividade leiteira desencadeia o desenvolvimento econômico local. Na visão de Silva (2018), é um desenvolvimento atrelado aos fatores do espaço territorial, compreendendo suas características e a partir disso atendendo às suas necessidades. Com isso, “[...] a ideia de local, por sua vez, pode ser entendida como um município, parte de um município, um conjunto de municípios, um estado (UF) ou mesmo uma região” (VITTE, 2006, p. 3). Em complemento, para Cardoso Júnior e Cunha (2015), existem conceitos e definições do que seria uma política regional, contudo, de maneira geral, a política deve abarcar três pilares principais: i) diminuir, ao máximo, a discrepância de renda na localidade; ii) aumentar a geração de valor e valorização na região e; iii) extinguir locais pobres e/ou estagnados.

Beneficiando o local onde estão inseridos, os agricultores, através de sua dinâmica, estimulam o desenvolvimento de suas regiões. O desenvolvimento pode ser observado no bem-estar da população, que consegue se manter nos seus locais de origem sem precisar se deslocar para os grandes centros urbanos, evitando, dessa maneira, o êxodo rural. Além disso, conseguem ofertar produtos para a sua região e as localidades vizinhas, dinamizando a economia através de ocupação e aumento de renda. Porém, para geração de tal efeito, depende-

se, inevitavelmente, da ação de entidades para possibilitar o incentivo a essas e demais atividades relacionadas, não somente ao campo, mas também a outros setores (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019).

Cruz *et al.* (2021) sustentam que o desenvolvimento local está atrelado a questões históricas da região, bem como fatores culturais e religiosos que devem ser considerados. Dessa maneira, "[...] é necessário, em relação a cada tipo de política, verificar quais são as estratégicas em determinadas conjunturas [...]" (TEIXEIRA, 2002, p. 4). Toscano (2006, p. 51) destaca que,

> La concepción sobre el desarrollo en la economía se caracteriza por su heterogeneidad y no unicidad alrededor de un conjunto de planteamientos diversos. Al respecto han existido a lo largo de la evolución de la economía del desarrollo diferentes teorías enmarcadas igualmente en dif erentes formas de pensamiento y opciones ideológicas. Estas distintas posiciones han sido influenciadas de una forma importante por los respectivos momentos históricos en los cuales se construyeron cada una de las teorías.

Desde o ano de 1990, quando surgiram políticas direcionadas ao ramo da agricultura familiar no Brasil, houve uma atenção focada nessa esfera para esses produtores, contudo, ainda são necessárias novas medidas para garantir a segurança e incentivo aos agricultores familiares. A EMBRAPA (2018) ressalta que um dos principais pontos que dificultam uma ajuda mais assertiva para os agricultores são as peculiaridades de cada produtor. Num país como o Brasil, com um grande número de regiões, estados e municípios, torna-se complexo entender o cenário geral e contemplar as especificidades.

Segundo Lima e Silva (2020), para entender de fato sobre o desenvolvimento local, é preciso ter noção dos comportamentos locais/regionais e como esses comportamentos afetam as atividades naquele território. Dessa maneira, promove-se um ambiente mais igualitário e humano onde toda a população tenha voz e força, de modo a contribuir para que as entidades governamentais possam criar políticas que de fato atendam às necessidades locais e, dessa forma, propiciar progresso e avanço. Partindo desse princípio, cada região detém características que influenciam no desenvolvimento socioeconômico local, resultando em inúmeras vantagens para aquelas pessoas que o integram (RIBEIRO; TOPPAN, 2015). O território, quando apropriado de forma eficaz, proporciona geração de renda e consequentemente o desenvolvimento endógeno (LISBOA, 2019). Em razão disso, a questão do espaço dentro de uma realidade local vem ganhando maior relevância e debate no que diz respeito às ações de desenvolvimento, em todo o mundo (MELO, 2013).

Para Saquet (2011), o território/espaço dialoga com as esferas sociais e consequentemente abrange a dimensão política e econômica. Em concordância com a visão do autor, Desconsi (2022) defende haver uma forte relação entre questões territoriais envolvendo as relações sociais e que influenciam a dinâmica da população.

Telles *et al.* (2021) defendem que a agricultura familiar deve ter como base questões do próprio território, ou seja, que os empreendimentos devem assumir as características da região onde se encontram, de modo a fomentar negócios que valorizem a localidade e possam gerar renda. Todavia, a diversidade de produtos e atividades da agricultura familiar torna mais difícil o desenvolvimento e implementação de políticas mais eficazes e assertivas para os pequenos produtores.

Segundo Desconsi (2022), para se promover o desenvolvimento local é necessário um diálogo direto com a população. Lima e Silva (2020) defendem intervenções de políticas públicas na agricultura familiar dando ênfase ao espaço onde os produtores estão inseridos, o que contribui para a melhoria de suas relações econômicas e sociais. Para os autores, a agricultura familiar não é somente o setor primário, ligado diretamente à terra, mas, também concerne ao processamento e venda de mercadorias.

Para Matte Júnior e Jung (2017), existe uma grande diversidade no território brasileiro, como a cultura, o clima, a localização e as variações de raças e portes dos animais que acompanham o sistema de produção leiteira no país. Essas variáveis influenciam em problemas de coleta de dados, uma vez que o segmento está presente em mais de 80% dos municípios do país, sendo que a maior parte dos produtores é de pequeno porte, o que dificulta o levantamento de informações acerca deles.

Para atender as necessidades e solucionar problemas, sejam eles políticas, econômicas, sociais, religiosas, dentre outras, o território deve ser interpretado antes de tudo (STEFFENS, 2018). Essa interpretação é debatida também por Ribeiro e Toppan (2015), que abordam o território como uma forma institucional, isto é, como um agente principal que protagoniza o desenvolvimento e não somente uma forma física.

As políticas públicas, em toda a discussão trazida até então são as principais ferramentas para promover o desenvolvimento da produção leiteira. Todavia, no momento da formulação das políticas, os cidadãos devem se fazer presentes para evitar que interesses particulares de uma parte da população se sobreponham. Nesse sentido, é fundamental a participação da sociedade na elaboração das políticas, tendo em vista a implementação de uma ação compartilhada entre o governo e a sociedade (SILVA, 2018). "[...] Um dos principais elementos que são protagonistas na articulação do desenvolvimento ao nível local são as pessoas, os sujeitos revestidos de posições políticas [...]" (LIMA; SILVA, 2020, p. 175).

As políticas devem estimular a produção visando o desenvolvimento local, pois viabilizam a produção por meio de investimentos em diferentes setores nos pequenos negócios e geram um aumento nas suas rendas (LISBOA, 2019). Portanto, o desenvolvimento local é alcançado quando há uma compreensão das dinâmicas sociais e uma maior participação da população, visando uma melhor qualidade de vida (DESCONSI, 2022).

Na visão de Miglioli (1983), para se chegar a resultados favoráveis é preciso haver uma relação entre identidades locais e os órgãos públicos e/ou privados. Inclusive, a esfera municipal deve promover ações de permanência do produtor leiteiro nas suas regiões através de assistência técnica. Na visão de Aquino, Gazolla e Schneider (2018), no que se refere à agricultura familiar, as entidades governamentais têm atuado de forma notável visando o desenvolvimento rural no país. Para os autores, novas políticas públicas devem ser criadas, como exemplo, para promover uma capacitação técnica de modo a garantir uma boa gestão nos pequenos empreendimentos e programas assistencialistas (fornecimento de crédito) para aquisição de novos equipamentos e para investimentos em novas tecnologias.

Na pesquisa de Bittencourt (2003), o financiamento tem que estar relacionado ao desenvolvimento das propriedades e à superação dos problemas que acometem os agricultores. Não é tarefa fácil alcançar o desenvolvimento do pequeno produtor, uma vez que há várias relações e variáveis de condições envolvendo esses indivíduos e o meio onde estão inseridos. Outros fatores tais como a relação entre os moradores, a cultura familiar, a estruturação religiosa

e social, os recursos disponíveis – maquinário, fertilizantes, capital humano, recurso financeiro, tecnologia, informação ao conhecimento e os agentes externos – tornam a situação complexa e, muitas vezes, muito burocrática (SANTOS, 2018).

3 CONCLUSÕES

Dentre as principais conclusões deste estudo, a atividade leiteira, em si, nos municípios de Santa Inês, Ubaíra e Jiquiriçá, não gera um valor econômico satisfatório, capaz de proporcionar grande resultado financeiro, nem analisando em um cenário único (por produtor), nem a sua cadeia, como um todo. Mesmo com o crescimento da produção na região e sua inserção na economia, ainda não é suficiente para, sozinha, promover o desenvolvimento econômico. Tem-se que a atividade leiteira representa um símbolo de pertencimento para as famílias que estão na atividade desde a formação e construção desses municípios. Isso pode ser observado pelo valor da produção assim como pela quantidade de pessoas envolvidas. Tornando-se importante ressaltar a relevância da atividade para as famílias, a qual muitos precisam para sua subsistência. Em conclusão, a atividade gera uma valorização e pertencimento a região, a qual deve ser estimulado tendo em vista os conceitos de desenvolvimento local.

Existe, desde a formação do Vale do Jiquiriçá, a relação entre a agricultura familiar, especialmente a produção e comercialização do leite, passando de geração para geração familiar, nos municípios de Ubaíra, Santa Inês e Jiquiriçá. Até os dias atuais, essa atividade é desenvolvida por famílias. Analisando alguns efeitos nas demais camadas e setores, especificamente na economia e seus desdobramentos, a atividade, sozinha, não desempenha um desenvolvimento local/regional, porém, é capaz de auxiliar na dinâmica econômica desses locais, gerando emprego e renda para uma parcela, mesmo que pequena, da população. No quesito das políticas públicas de fomento e estímulo a cadeia leiteira, há um *déficit* em todos os municípios, pois os produtores, assim como os comerciantes, necessitam de apoio para a realização das suas atividades nas mais diversas áreas, desde as normas para a execução das atividades, como apoio técnico e financeiro para a aquisição de máquinas e utensílios.

A cadeia produtiva do leite é complexa e necessita de vários insumos para a sua construção. Na realidade de Santa Inês, Ubaíra e Jiquiriçá, os municípios não fazem a apropriação devida da matéria-prima, havendo uma lacuna no quesito de fabricação de diversos outros produtos e na própria eficiência e eficácia do leite. Ocasionado pelo reflexo de um *déficit* do leite, realidade derivada de um hiato negativo entre o tanto que poderia se produzir e o tanto que se produz.

A pesquisa constatou também que os produtores e comerciantes enfrentam grandes dificuldades para a realização de suas atividades, que poderiam ser minoradas ou mesmo solucionadas completamente por meio de políticas públicas eficientes e eficazes, construídas a partir de diálogos e com a participação dos produtores, comerciantes e envolvidos, diretamente, na produção. Tendo isso em vista, é recomendável que os agentes públicos, como secretarias e demais órgãos relacionados às prefeituras municipais fomentem a atividade leiteira por meio de políticas assertivas, dando o suporte necessário para que, assim, a atividade possa crescer e

abranger um maior número da população, gerando mais postos de emprego e garantindo a existência e renda de mais famílias.

É importante que exista uma forte relação de parceria entre produtores, comerciantes e prefeituras, formando um tripé para o desenvolvimento local dos municípios de Ubaíra, Santa Inês e Jiquiriçá. Nessas localidades, a política pública ainda se apresenta como pouco estimulante, não possuindo grandes impactos. Contudo, o cenário pode ser alterado se houver uma participação maior dos órgãos municipais responsáveis, não somente com auxílio financeiro para o investimento nas suas propriedades, mas, especialmente, com assistência técnica para o desenvolvimento das atividades dentro da legislação vigente, de modo sustentável e com garantias de qualidade dos produtos.

É recomendável que cada município tenha um profissional para intermediar a relação entre os órgãos e os produtores e comerciantes em todas as atividades referentes à agricultura familiar, principalmente a atividade leiteira, uma vez que muitos desses indivíduos desconhecem os processos burocráticos para acessar o apoio oferecido pelo Estado. A existência de mediadores qualificados maximizaria a eficiência dos órgãos públicos e suas intervenções nas atividades. É importante que o Poder Público desempenhe adequadamente seu papel na vida dos produtores, e que juntos consigam por meio das políticas públicas, assegurar aos produtores e comerciantes envolvidos na atividade leiteira o crescimento e, consequentemente, o desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S. **O Vale Do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau**. (Dissertação Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/19801/1/Luciene Santos de Almeida.pdf. Acesso em: abr. 2023.

ANDRADE, R. W. de. **Práticas de ordenha para assegurar produto de qualidade**. (Relatório de Estágio Zootecnia). Universidade Federal de Goiás. 2014. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/186/o/RAPHAEL_WALLIM_DE_ANDRADE_-_PR%C3%81TICAS_DE_ORDENHA_PARA_ASSEGURAR_PRODUTO_DE_QUALIDADE.pdf. Acesso em: abr. 2023.

AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 1, 1-20. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560108. Acesso em: abr. 2023.

ARAÚJO, C. A. **Desenvolvimento rural**: uma análise de indicadores populacionais, sociais, econômicos e ambientais. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros. 2014. Disponível em: https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/10-Claudiana-Aparecida-Leal-de-Ara%C3%BAjo.pdf. Acesso em: abr. 2023.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta:** O financiamento da agricultura familiar no Brasil. (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de

Campinas. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.293005. Acesso em: abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Governo publica decreto que altera o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal. **Notícias.** 19 ago. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-publica-decreto-que-altera-o-regulamento-da-inspecao-industrial-e-sanitaria-dos-produtos-de-origem-animal. Acesso em: abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). **Projeções do Agronegócio**: Brasil 2022/23 a 2032/33. Projeções de Longo Prazo. Brasília: Secretaria de Política Agrícola, 2023.

BRUIT, H. H. Região, Estado e Capitalismo. In: GEBARA, A.; MARTINS, P.; BRUIT, H.; LANNA, A. L. (Org.). **História regional**: uma discussão. 57-66, Campinas: UNICAMP. 1987.

CARDOSO JÚNIOR, J. C.; CUNHA, A. dos S. (Orgs.) **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3521/1/Planejamento%20e%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: abr. 2023.

CARVALHO, D. M. de. O Agroamigo (Pronaf B): Operational Aspects in Northeast Brazil. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 3,132-152. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22481/rg.v4i3.6640. Acesso em: abr. 2023

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA NO BRASIL (CNA). CNA destaca cooperação tecnológica com Nova Zelândia na produção de leite. **Notícias.** 2016. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/noticias/cna-destaca-cooperacao-tecnologica-com-nova-zelandia-na-producao-de-leite. Acesso em: abr. 2023.

CORADINI, O. L.; FREDERICQ, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2009. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788579820090. Acesso em: abr. 2023.

CORREIO, L. P. de F. O uso da inovação tecnológica na agricultura familiar e a relação com a sustentabilidade em Ouro Verde do Oeste. **Revista Administração de Empresas**. Unicuritiba, Curitiba, v.2, n. 24, 18-46. 2021. Disponível em: http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/admrevista/article/download/4348/371373291. Acesso em: abr. 2023.

CRUZ, N. B.; JESUS, J. G. de; BACHA, J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 3, p. 1-20. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.226850. Acesso em: abr. 2023.

DESCONSI, C. A formação de agentes de desenvolvimento no enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes:** Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 42, n. 1, 241–258. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.783. Acesso em: abr. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Visão 2030**: o futuro da agricultura brasileira. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829?version=1.1. Acesso em: abr. 2023.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DA BAHIA (FAEB). **Bahia ganha Comissão da Cadeia Produtiva do Leite**. 2018. Disponível em: http://www.sistemafaeb.org.br/noticias/detalhe/noticia/bahia-ganha-comissao-da-cadeia-produtiva-do-leite/. Acesso em: abr. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). **Outlook FIESP 2023**: projeções para o agronegócio brasileiro. 2013. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/317/2/outlookfiesp-apresentacao.pdf. Acesso em: abr. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Gateway to dairy production and products**. 2016. Disponível em: http://www.fao.org/dairy-production-products/en/#.V3AZwbgrLIV. Acesso em: abr. 2023.

FRANCISCA, M. V. **La coalición de sindicatos rurales del noreste del valle de Jiquiriça y sus aliados**. Santiago: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10625/50418. Acesso em: abr. 2023.

GEOGRAFAR. Projeto Integrado de Pesquisa a Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Espacialização da concentração da terra na Bahia com base no Índice de Gini**. 2017. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_mapaa4_igini_2017.pdf. Acesso em: abr. 2023.

GHIZELINI, A. M.; ARAGUÃO, L. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais**, Vitória, v. 23, n. 1, p. 1-23. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.25067/s.v1i23.28030. Acesso em: abr. 2023.

INCUBADORA DE INICIATIVAS DE ECONOMIA SOLIDARIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (IEPS /UEFS). **A Incubadora**. 2024. Disponível em: https://incubadorauefs.blogspot.com/p/cantina.html. Acesso em: abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/. Acesso em: abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/. Acesso em: abr. 2024.

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, L. dos S.; HIRSCH, A.; GUIMARÃES, D.P.; MATRANGOLO, W. J. R.; GONÇALVES, M. T. **Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil.** Sete Lagoas: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. 2013. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/965105/1/doc155.pdf. Acesso em: abr. 2023.

LIMA, A. dos S.; CALHAU, A. A. Estrutura fundiária e acesso à terra no Vale do Jiquiriçá-Bahia. **Perspectiva Geográfica**, Marechal Cândido Rondon, v. 8, n. 7. 2012. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/9450. Acesso em: abr. 2023.

LIMA, J. R. O. ; SILVA, I. O. Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 15, p. 165-182. 2020. Disponível em: http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/401. Acesso em: abr. 2023.

LISBOA, A. de S. **Associativismo Rural**: Estratégia de Desenvolvimento para Agricultura Familiar no Município de Anagé- Bahia. (Dissertação Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. 2019. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppgeo/wp-content/uploads/2020/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Acssue.pdf. Acesso em: abr. 2023.

MARTINS, H. C. *et al.* A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 9-24. 2014.

MATTE JÚNIOR, A. A.; JUNG, C. F. Produção leiteira no Brasil e características da bovinocultura leiteira no Rio Grande do Sul. Ágora. **Revista de História e Geografia**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 1-48. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.17058/agora.v19i1.8446. Acesso em: abr. 2023.

MELO, A. P. dos S. de. **Desenvolvimento local sustentável:** uma aproximação conceitual. (Monografia Tecnologia em Gestão Pública) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. 2013. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/tcc_concluido_20131/Ana%20Paula%20Melo-%20Monografia.pdf. Acesso em: abr. 2023.

MIGLIOLI, J. **Introdução ao planejamento econômico**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

MIRANDA, D. L. R.; GOMES, B. M. A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, p. 1-12. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-451320160306. Acesso em: abr. 2023.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Revista de Economia e**

Sociologia Rural, Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, Supl. 1, p. 9-24, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600001. Acesso em: abr. 2023.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em Babaçuais no Maranhão. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-20. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/XR7Y5QMpXmzR7nLtyfhbwdg/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: abr. 2023.

QUAN, J.; OLALDE, A. R.; SOUSA, V. S. R. **Evolution of agricultural markets and public policy in the Jiquiriçá valley:** impacts and limitations in the construction of an inclusive economy. Santiago: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 72. 2012. Disponível em: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1366299823N722011QuanRuizSantosTerritorialdiversityinclusivegrowthJiquiricaValleyBrazil.pdf. Acesso em: abr. 2023.

RIBEIRO, J. R.; TOPPAN, R. N. Território e governança: as principais contribuições da Geografia para pensar o desenvolvimento. **Revista Uniara**, Araraquara, v. 18, n. 2, p. 1-16. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.25061/2527-2675/ReBraM/2015.v18i2.326. Acesso em: abr. 2023.

ROCHA, D. T. da; CARVALHO, G. R.; RESENDE, J. C. de. Cadeia produtiva do leite no Brasil: produção primária. **Embrapa:** Circular Técnica 123, Juiz de Fora, p. 2-16. 2020. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/215880/1/CT-123.pdf. Acesso em: abr. 2023.

RODRIGUES, G. M. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 1-20. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790570102. Acesso em: abr. 2023.

SANTOS, C. V. M. dos. **Processamento de queijo mussarela e manteiga**. Relatório de estágio supervisionado (Técnico em Alimentos) - IF Baiano Campus Santa Inês. 2018.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades:** uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões. 2011.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA (SEAGRI). **Nota técnica**. 2021. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/not_notatecnicaleite.pdf. Acesso em: abr. 2023.

SILVA, G.; SILVA, A. M. A. D.; FERREIRA, M. P. de B. **Processamento de leite**. Recife: UFRPE/CODAI. 2018. Disponível em: https://docplayer.com.br/3403445-Producao-alimenticia-ufrpe-processamento-de-leite-gilvan-silva-argelia-maria-araujo-dias-silva-maria-presciliana-de-brito-ferreira.html. Acesso em: abr. 2023.

SILVA, I. A. **Os rumos do desenvolvimento no município de Ubaíra-BA**. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2014. Disponível em:

https://www.ufrb.edu.br/gestaopublica/images/phocadownload/TCCconcluido20142/SILVA_Os_rumos_desenvolvimento_ubara_ba.pdf. Acesso em: abr. 2023.

SILVA, O. A. da. **Políticas públicas e planejamento territorial**. Feira de Santana: Editora Zarte. 2018.

STEFFENS, J. Y. L. **A bovinocultura leiteira no município de Salvador das Missões- RS**. (Monografia) Universidade Federal da Fronteira Sul. 2018. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2359/1/STEFFENS.pdf. Acesso em: abr. 2023.

TEIXEIRA, E. C. **El papel de las políticas públicas en el desarrollo local y la transformación de la realidad**. Salvador: ATTR. 2002.

TELLES, T. S.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; RIGHETTO, A. J.; RIBEIRO, M. R. **Desenvolvimento da agricultura de baixo carbono no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10531/1/td_2638.pdf. Acesso em: abr. 2023.

TOSCANO, O. M. Las Teorías del Desarrollo Económico: algunos postulados y enseñanzas. **Revista Apuntes del CENES,** Colombia, v. 26, n. 42, jul./dic. 2006. p. 49-74. 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=479548749004. Acesso em: abr. 2023.

VELLOSO, T. R.; SABLAYROLLES, P. J. L.; LOMANTO NETO, R.; SILVA, D. de O. Ações de fortalecimento dos territórios rurais do recôncavo da Bahia, no Vale do Jiquiriçá e do Portal do sertão: a experiência do NEDET/UFRB. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: diálogo Brasil Cuba, 1., 2016, Universidade Estadual de Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1. 2016. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-4902_pt.html. Acesso em: abr. 2023.

VILELA, D.; RESENDE, J. C. Cenário para a produção de leite no brasil na próxima década. In: Simpósio sobre sustentabilidade da pecuária leiteira na região sul do Brasil. In: SEMINÁRIO DOS CENTROS MESORREGIONAIS DE EXCELÊNCIA EM TECNOLOGIA DO LEITE, 2., 2014, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1, 1-18. 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1019945/cenario-para-a-producao-de-leite-no-brasil-na-proxima-decada. Acesso em: abr. 2023.

VILELA, D.; RESENDE, J. C. de; LEITE, J. B.; ALVES, E. A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 1, ano 26, p. 1-20. 2017, Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/163208/1/Evolucao-do-leite-no-brasil.pdf. Acesso em: abr. 2023.

VITTE, C. de C. S. Gestión del desarrollo económico local: algunas consideraciones. **Interações**, Campo Grande, vol. 23, n. 8. 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1518-70122006000200009. Acesso em: abr. 2023.